

Trabalho infantil aumenta no país em 2021

Levantamento da Fundação Abrinq mostra que 1,2 milhão de adolescentes de 14 a 17 anos passaram a ocupar postos em desacordo com a legislação; procuradora critica desmonte no combate à erradicação do problema



BRUNO ALFANO
bruno.alfano@redesocial.com.br

Maria (nome fictício) foi para a rua vender bala aos 15 anos. Depois da aula, corria para um sinal de trânsito de São José dos Campos, no interior de São Paulo, e ficava até de noite ganhando dinheiro para seu próprio sustento. Um dia quase foi atropelada. Um amigo não teve a mesma sorte e foi atingido.

— Na rua é perigoso. Tem risco de você ser atropelado, roubado e não tem a garantia que você vai ganhar dinheiro — conta a jovem de 17 anos, que viveu essa rotina por dois.

Hoje, no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, um levantamento da Fundação Abrinq mostra como situações como a vivida por Maria se agravaram no Brasil, com crescimento do número de adolescentes de 14 a 17 anos em trabalho infantil. No último trimestre de 2021, últimos dados disponíveis, havia cerca de 2,36 milhões de jovens nessa faixa etária trabalhando ou procurando emprego. Desse, 1,2 milhão estavam em situação de trabalho infantil — ou seja, em ocupações em desacordo com a legislação brasileira. O número é 317.385 maior do que o registrado no mesmo período de 2020.

O número de pessoas que passam fome no Brasil chega a 33,1 milhões de pessoas, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) entre o fim de 2021 e abril de 2022. O dado foi divulgado nesta semana. Além disso, 125,2 milhões de pessoas vivem preocupadas com a possibilidade de não ter alimentos no futuro.

— É a falta de renda que empurra esses adolescentes para esse caminho”

Victor Graça, gerente executivo da Fundação Abrinq

“O debate internacional defende que os países fortaleçam o apoio social às famílias vulneráveis em políticas públicas com enfoque nas crianças e adolescentes

Ana Maria Villa Real, procuradora do MPT

para esse caminho. O trabalho infantil até os 13, 14 anos é mais no campo. Depois é mais urbano, são meninos de baixa renda, em situação de risco que estão nas grandes cidades, na construção civil, mecânicas e lavando carros — diz Victor Graça, gerente executivo da Fundação Abrinq.

Os dados da Abrinq foram levantados reproduzindo os critérios de identificação das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse trabalho foi feito pelo próprio instituto até 2019, mas desde a pandemia não houve mais essa divulgação.

A idade mínima para trabalhar no Brasil é a partir dos 16 anos. Mesmo assim, há uma série de restrições. Uma das barreiras é a carga horária de 44 horas semanais. Entre 14 e 15 anos, o jovem só pode ser ocupado na condição de aprendiz.

— A gente tem que dar o caminho da educação integral de qualidade, com fomento ao esporte, lazer e cultura. Esse é o caminho digno. Mas parte da sociedade acha que para a criança pobre e negra o caminho da violação de direitos, que é o trabalho infantil, serve para prevenir de outras violação de direitos, como a droga, a fome e do crime. Não pode. Precisa ser o caminho do direito, da dignidade — afirma Ana Maria Villa Real, coordenadora nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância) do Ministério Público do Trabalho (MPT).

OS PIORES TRABALHOS

Para piorar a situação do trabalho infantil no país, 640.720 brasileiros de 14 a 17 têm ocupações da lista de piores formas de trabalho infantil, a chamada Lista TIP, definida em lei. De

TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

O Brasil tem, atualmente, 2,36 milhões de adolescentes de 14 a 17 anos trabalhando ou procurando emprego. Desse, 1,2 milhão estão em ocupações em desacordo com a legislação brasileira. Em números absolutos, são:



Fonte: Fundação Abrinq com dados do IBGE

acordo com o relatório da Abrinq, essas atividades são “prejudiciais à saúde, ao desenvolvimento e à moralidade destes indivíduos”.

Estão na lista cerca de 200 tipos de trabalhos como direção de tratores e máquinas agrícolas, em escavações, em salinas, em tecelagem, na construção civil, ao ar livre, sem proteção adequada contra exposição à radiação solar, chuva, frio.

A procuradora ainda lembra que, apesar da relevância dos dados do IBGE, a estatística não pega os números dos adolescentes que acabam cooptados pelo tráfico de drogas e outras organizações criminosas, nem aqueles que são vítimas de exploração sexual.

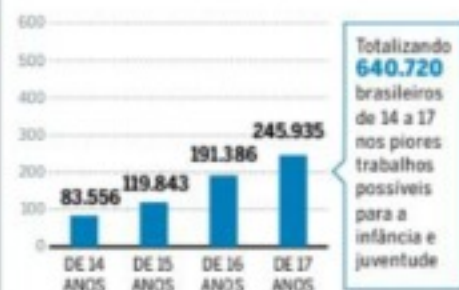
— No meu atual trabalho, eu ganho menos, mas é mais seguro — conta Maria, ex-vendedora de balas no sinal.

A jovem de São José dos Campos foi uma das resgatadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Esse é um projeto da prefeitura que, em um ano, conseguiu com que 155 crianças e adolescentes voltaram a estudar ou foram encaminhados para a Fundhas (Fundação Hélio Augusto de Souza) e para programas de trabalho protegido, como o Jovem Aprendiz.

— A gente vai se aproxima-

Para piorar, 45% estão em atividades das piores formas do trabalho infantil.

Em números absolutos, são:



Editoria de Arte

Regra. Idade mínima para trabalhar no Brasil é 16 anos; entre 14 e 15 anos, só é permitido exercer atividades como aprendiz

mou que o orçamento de assistência social foi cortado em 60% neste ano e há o risco de que programas sejam fechados até o fim do ano.

— E tudo isso é agravado com a pandemia, aumento da pobreza, informalidade, evasão escolar, desemprego. Além disso, recentemente a adolescência foi golpeada duramente com as mudanças de políticas de aprendizagem profissional — afirma.

Ela critica as mudanças no programa Jovem Aprendiz que ampliou a idade para até 29 anos e acabou, segundo ela, com a prioridade absoluta para adolescentes.

— As empresas não gostam de contratar adolescentes porque há uma série de restrições e, em geral, eles são mais imaturos. Por isso, na priorização, a empresa vai contratar o jovem — diz a procuradora.

Além disso, Villa Real também condena a interrupção de trabalhos da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, dissolvida em abril de 2019, restabelecida no fim de 2020, mas que, segundo ela, nunca mais produziu resultados concretos.

— A erradicação do trabalho infantil deixou de ser prioridade — resume a procuradora do MPT.